

## ATA NÚMERO 154/XIII (4.ª)

A 9 de janeiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 10 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### ORDEM DO DIA

1. Informações;
2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 23 de outubro e de 4 de dezembro de 2018;
3. Fixação da redação final do texto de substituição do [projeto de lei n.º 695/XIII/3.ª \(PAN\)](#), do [projeto de lei n.º 703/XIII/3.ª \(BE\)](#) e do [projeto de lei n.º 705/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos;
4. [Apreciações Parlamentares n.ºs 62, 63, 65 e 66/XIII \(3.ª\)](#) - Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril, que regulamenta a Lei do Cinema no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais;
5. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 1020/XIII \(4.ª\) \(BE\)](#) - *Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses*:

Relator: Maria Conceição Loureiro (PS)

6. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 474/XIII \(3.ª\)](#) - *Por um circo livre de animais em Portugal*:

Relator: Deputado Diogo Leão (PS)

7. Distribuição da [Conta Geral do Estado de 2017](#):

- Deputado Relator: PSD

- Data de apreciação do parecer a remeter à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa: 8 de fevereiro de 2019

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição do Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), sobre a razão de quando terminar o seu mandato, não se irá recandidatar ao cargo devido às suas reservas relativamente à proposta de decreto-lei que o Governo está a preparar sobre o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos;

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para a audição do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre a apologia do fascismo e do racismo através da comunicação social;

10. Outros assuntos.

---

## 1. Informações

### 1.1. Distribuição de Iniciativas Europeias:

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Edite Estrela (PS) informou que a Comissão de Assuntos Europeus tinha sinalizado à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2019 Cumprir o prometido e preparar o futuro - [COM/2018/0800](#) -, tendo o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) indicado como Relatora a Senhora Deputada Liliana Bouça da Silva (PSD).

A Senhora Presidente da Comissão deu conhecimento que o prazo para remeter o Relatório à Comissão de Assuntos Europeus é até ao dia 6 de fevereiro de 2019.

1.2. Informou também da baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na especialidade, da [proposta de lei n.º 146/XIII \(3.ª\) \(GOV\)](#) - Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto.

Referiu que foram já pedidos contributos às seguintes entidades: Comissão para a Regulação do Acesso a Profissões; Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho; Federações desportivas; Liga Portuguesa de Futebol; Conselho Nacional do Desporto; Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional; Comité Olímpico de Portugal; Comité Paralímpico de Portugal; Comissão dos Atletas Olímpicos; Confederação do Desporto de Portugal; Sindicato dos Jogadores de Futebol; Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores; Associações de Treinadores; Associação de Empresas de Ginásios e Academias de Portugal (AGAP); Sociedade Portuguesa de Educação Física; Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP); Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP); e Comissão para a Regulação do Acesso a Profissões.

A Senhora Presidente questionou os Senhores Deputados sobre se queriam solicitar contributos escritos a mais alguma entidade. Disse que o prazo para a apresentação de propostas de alteração é até ao dia 18 de janeiro de 2019.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) mencionou que no que respeita à proposta de lei n.º 146/XIII (3.ª) (GOV) - *Altera o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto* e à proposta de lei n.º 153/XIII (4.ª) - *Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos* -, que está referenciada no ponto 1.3. da ordem do dia, solicitou que fosse pedido contributo escrito também ao Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF).

Requeriu ainda o adiamento da data da entrega das propostas de alteração pelos grupos parlamentares a esses dois diplomas. Disse que é apropriado indicarem o final do mês de fevereiro para poderem tratar aquele processo legislativo na especialidade.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) disse que concorda com a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) e que seria profícuo que a apreciação das iniciativas legislativas pudesse ser desenvolvida no Grupo de Trabalho do Desporto.

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) referiu que concorda com as sugestões que foram apresentadas pelos Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP) e José Carlos Barros (PSD).

A Comissão decidiu solicitar o contributo escrito ao CNAPEF e que as iniciativas legislativas supra mencionadas fossem apreciadas no Grupo de Trabalho do Desporto.

1.3 A Senhora Presidente da Comissão deu conhecimento que baixou à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, para nova apreciação na generalidade, a [proposta de lei n.º 153/XIII \(4.ª\)](#) - Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos. Disse que a iniciativa legislativa foi discutida em Plenário no dia 4 de janeiro de 2019 e que foi apresentado e aprovado por unanimidade um requerimento pelo Grupo Parlamentar do PS solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, para nova apreciação na generalidade por um período de 90 dias.

Transmitiu que foram já pedidos contributos às seguintes entidades: Federações desportivas; Ligas profissionais; Sociedades desportivas; Clubes desportivos; Associações dos vários desportos; Conselhos de arbitragem; Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ); Comité Olímpico de Portugal; Comité Paralímpico de Portugal; Confederação do Desporto de Portugal; Forças de segurança; Grupos organizados de adeptos/claques; Associação de Diretores de Segurança de Portugal; Associação Portuguesa de Defesa do Adepto; Procuradoria-Geral da República (PGR); Conselho Superior do Ministério Público (CSMP); Conselho Superior da Magistratura (CSM); Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD); e Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

Este ponto foi tratado conjuntamente com o ponto 1.2.

1.4. A Senhora Presidente da Comissão referiu que o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) passou a exercer o cargo de Coordenador e Vice-Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

1.5. Alteração de Deputados do Grupo Parlamentar do PS na Comissão

Informou que os Senhores Deputados António Cardoso (PS) e Rosa Isabel Cruz (PS) iniciaram funções como membros efetivos da Comissão.

1.6. Alteração de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão

Transmitiu que a Senhora Deputada Liliana Bouça da Silva (PSD) substituiu a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) passando a ser membro efetivo da Comissão.

1.7. O relatório respeitante à visita de trabalho da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto às instalações da antiga Fábrica Confiança, em Braga foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### 1.8. Jornadas Parlamentares do PSD

Deu conhecimento que o Grupo Parlamentar do PSD vai realizar as suas jornadas parlamentares nos dias 28 de fevereiro e 1 de março.

#### 1.9. Jornadas Parlamentares do CDS-PP

Disse que o Grupo Parlamentar do CDS-PP vai realizar as suas jornadas parlamentares nos dias 28 e 29 de janeiro e nos dias 3 e 4 de junho de 2019.

#### 1.10. Jornadas Parlamentares do BE

Transmitiu que o Grupo Parlamentar do BE vai realizar as suas jornadas parlamentares nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2019.

#### 1.11. Jornadas Parlamentares do PCP

Referiu que o Grupo Parlamentar do PCP vai realizar as suas jornadas parlamentares nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2019.

1.12. A Senhora Presidente informou do pedido de audiência de Nádya Paiva que faz parte de um grupo de proponentes de um dos projetos vencedores da edição de 2018 do Orçamento Participativo Portugal, que têm alguns aspetos que gostariam de clarificar quanto à execução daquele projeto. A Comissão decidiu agendar oportunamente a audiência.

#### 2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 23 de outubro e de 4 de dezembro de 2018

As atas das reuniões de 23 de outubro e de 4 de dezembro de 2018 foram aprovadas por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Fixação da redação final do texto de substituição do [projeto de lei n.º 695/XIII/3.ª \(PAN\)](#), do [projeto de lei n.º 703/XIII/3.ª \(BE\)](#) e do [projeto de lei n.º 705/XIII/3.ª \(PS\)](#) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que no que concerne à redação final há algumas questões que o Grupo Parlamentar do PCP gostaria de colocar à consideração dos Grupos Parlamentares. Em primeiro lugar, a questão do título. Transmitiu que, em nenhuma das iniciativas legislativas constava a determinação do fim da utilização de animais selvagens, o que limita a abrangência daquela iniciativa legislativa.

Em segundo lugar, no proémio do n.º 1 do artigo 3.º, há uma alteração proposta pelos serviços com o sentido de clarificar, mas consideram que a redação inicial é bastante clara na questão do sentido registo dos animais. Pelo que, não se justifica aquela clarificação.

Em terceiro lugar, a epígrafe do artigo 10.º, em que além de se criar um novo artigo sugere-se que aquele tenha um título de dever de colaboração, uma vez que aquilo já estava integrado em números de artigos anteriores, o Grupo Parlamentar do PCP entende que não há a necessidade de se criar um novo artigo.

Por último, no artigo 17.º, alínea c), são feitas alterações do artigo que o Grupo Parlamentar do PCP considera que não fazem sentido.

Posteriormente, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Diogo Leão (PS). A Comissão deliberou que aquele ponto fosse analisado na próxima reunião da Comissão.

4. [Apreciações Parlamentares n.ºs 62, 63, 65 e 66/XIII \(3.ª\)](#) - Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril, que regulamenta a Lei do Cinema no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais

A Senhora Presidente da Comissão informou que a discussão das Apreciações Parlamentares n.ºs 62, 63, 65 e 66/XIII (3.ª) no Plenário ocorreu em 20 de dezembro e que foram apresentadas propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares do PCP, BE, CDS-PP e PSD que baixaram à Comissão para apreciação na especialidade.

Nesse sentido, a Senhora Presidente da Comissão questionou os Senhores Deputados sobre o prazo para a apresentação de novas propostas de alteração por parte dos Grupos Parlamentares – dia 18 de janeiro e sobre a data da apreciação e votação em Comissão – dia 22 de janeiro.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho para agilizar um texto com as propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PCP, BE, CDS-PP e PSD.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que concorda com a proposta da criação de um grupo de trabalho. No entanto, o dia 22 de janeiro é uma data demasiado ambiciosa. Pelo que, propôs aumentar o prazo para que o grupo de trabalho tenha tempo para discutir e para elaborar uma redação na qual todos os partidos se revejam.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) disse que o grupo de trabalho posteriormente definirá as datas para a apresentação de novas propostas de alteração por parte dos Grupos Parlamentares e para a apreciação e votação das mesmas.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) mencionou que concorda com a criação de um grupo de trabalho e que o mesmo defina os prazos.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) referiu que concorda integralmente com aquilo que os Senhores Deputados referiram. Na verdade, considera que os prazos propostos são apertados e que a melhor forma de debater aquela questão é no grupo de trabalho.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) transmitiu que da parte do Grupo Parlamentar do PCP há acordo em relação à criação daquele grupo de trabalho e que as datas para a apresentação de propostas e para agendar a sua votação em Plenário sejam definidas pelo grupo de trabalho.

5. Apreciação e votação do parecer do [projeto de lei n.º 1020/XIII \(4.ª\) \(BE\)](#) - Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

A Senhora Deputada Maria Conceição Loureiro (PS) fez a apresentação do parecer. De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Teresa Caeiro (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP),

José Carlos Barros (PSD) e Luís Monteiro (BE). O parecer submetido votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 474/XIII \(3.ª\)](#) - Por um circo livre de animais em Portugal

O Senhor Deputado Deputado Diogo Leão (PS) fez a apresentação do relatório, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. Distribuição da [Conta Geral do Estado de 2017](#):

A Senhora Presidente da Comissão informou que o parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017 tinha de ser enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa até ao dia 8 de fevereiro de 2019, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como Relator o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD).

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição do Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), sobre a razão de quando terminar o seu mandato, não se irá recandidatar ao cargo devido às suas reservas relativamente à proposta de decreto-lei que o Governo está a preparar sobre o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) fez a apresentação requerimento. De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Luis Monteiro (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP), Carla Sousa (PS) e Diana Ferreira (PCP). O requerimento submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para a audição do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre a apologia do fascismo e do racismo através da comunicação social

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) fez a apresentação requerimento. De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Luís Monteiro (BE), José Magalhães (PS) e Teresa Caeiro (CDS-PP). O requerimento submetido a votação foi aprovado por maioria pelos



Grupos Parlamentares do PS, BE e PCP, registando-se a abstenção dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP.

A Senhora Presidente da Comissão informou que a ERC contactou a Comissão tendo conhecimento do agendamento daquele requerimento para transmitir que por razões de saúde que ou a audição se realizava até ao dia 16 de janeiro ou então que teria de ficar para março.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) disse que considerando a disponibilidade da ERC, o que o Grupo Parlamentar do PCP sugeria é que aquela audição pudesse ter lugar no dia 16.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) referiu que há que atender à cronologia da entrada dos requerimentos. De facto, o requerimento para ouvir o Diretor do MNAA entrou em primeiro lugar e com um *timing* oportuno, uma vez que estão a discutir a matéria de autonomia dos museus. Pelo que, terá que ter precedência relativamente àquele pedido.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) referiu que não queria entrar na discussão de ver qual é o requerimento que tem mais importância. Saliu que são ambos importantes e deverão ser agendados de acordo com a sua precedência.

Mencionou que relativamente às datas nos termos dos procedimentos habituais da Comissão já têm uma indicação da ERC relativamente às suas disponibilidades em termos de datas e, portanto, os serviços contactarão também o Diretor Nacional do MNAA para saber também da sua disponibilidade em termos de datas.

Disse que não têm que decidir naquele momento as datas das audições, os serviços farão as suas averiguações em conformidade com o procedimento que é habitual. Destarte, se puderem respeitar a precedência das datas da entrada dos requerimentos, entende que é um critério que não deveriam colocar em causa.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) disse que a questão da precedência dos requerimentos é o procedimento habitual dos serviços da Assembleia da República.

Transmitiu que naquele caso a ERC contactou os serviços da Assembleia da República e informou dos constrangimentos que tem para que o assunto do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP não

seja adiado para março. Frisou que a ERC manifesta disponibilidade de ser ouvida na próxima semana na Assembleia da República, o que considerando a aprovação do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP deve ser tido em conta pelos Grupos Parlamentares.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) mencionou que há uma forma de conciliar as duas coisas, a Comissão reúne das 9 horas e 30 minutos às 11 horas para a audição do Dr. António Pimentel e reúne das 11 horas até às 13 horas para a audição da ERC.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) transmitiu que a mesa tratará como deve tratar da marcação das reuniões nas datas adequadas, tanto quanto possível respeitando as precedências como é normal.

A Senhora Presidente da Comissão disse que a mesa assim procederá.

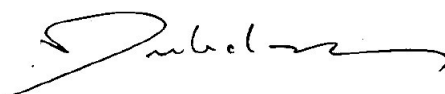
#### 10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de janeiro de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício**



**(Pedro do Ó Ramos)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 22 de janeiro de 2019

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
António Cardoso  
Carla Sousa  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Helga Correia  
Hugo Carvalho  
Isabel Cruz  
Joel Sá  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Liliana Silva  
Luís Monteiro  
Maria Conceição Loureiro  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro  
Ana Sofia Bettencourt

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Pedro do Ó Ramos  
Sara Madruga da Costa